

Reajuste para parlamentares divide Mesas

BRASÍLIA — As mesas do Senado e da Câmara voltarão a se reunir amanhã para definir a questão do reajuste salarial de até 80 por cento para os funcionários e parlamentares, que é reivindicado desde que o Executivo e o Judiciário concederam esse percentual de aumento, a título de gratificação, a seus funcionários. Segundo informou o Vice-Presidente da Câmara, Deputado Humberto Souto (PFL-MG), há consenso quanto à impossibilidade da majoração retroagir a fevereiro, conforme se pleiteia, e quanto à incidência do reajuste apenas sobre o salário-base.

O Presidente Fragelli do Senado, José (PMDB-MS), continua contrário à concessão do reajuste, tanto para os funcionários quanto para os parlamentares. Já os Primeiro e Segundo Vice-Presidentes, Senadores Passos Porto (PDS-SE) e Gui-

lherme Palmeira (PFL-AL), conforme informou o primeiro, entendem que o benefício deve atingir apenas o servidor:

— A gratificação de produtividade — justificou Passos Porto — é uma vantagem específica do servidor, um benefício especial. O parlamentar não pode recebê-la, pois sua produtividade é medida pelo comparecimento às sessões, pelo qual recebe jeton.

O Primeiro Vice-Presidente do Senado disse que há ainda quem defenda a concessão do reajuste aos parlamentares. Mesmo com todas essas divergências, a intenção das Mesas, conforme declarou Humberto Souto, é tomar uma decisão conjunta.

Segundo Passos Porto, há vários Deputados pressionando a Mesa da Câmara a fim de que seja liberado o reajuste aos congressistas. Há dois meses examinando

o assunto, as Mesas não chegaram a uma conclusão e resolveram, na última semana, levar suas idéias aos líderes partidários, que poderão participar da reunião marcada para amanhã, apresentando a posição de suas bancadas.

O reajuste para os funcionários, se aprovado, será, segundo Passos Porto, progressivo, proporcional ao nível dos servidores, chegando a 80 por cento para os que têm curso superior. Se estendido para os congressistas, ainda de acordo com o Primeiro Vice-Presidente, o reajuste incidirá sobre o fixo e o variável, que constituem o subsídio do parlamentar, de acordo com a Constituição.

Um Senador recebe mensalmente, em média, conforme disse Passos Porto, Cr\$ 15 milhões, incluídas a parte fixa e variável e a verba de transporte.